

Modernização Administrativa

Eficiência Energética

Promoção do Sucesso Escolar

Capacitação Institucional

Desenvolvimento Regional

Criação de Empresas

Inclusão Social

Sustentabilidade no Uso dos Recursos

Empreendedorismo

Gestão da Contratualização

Redes de Cooperação

Reforço da Educação e das
Competências

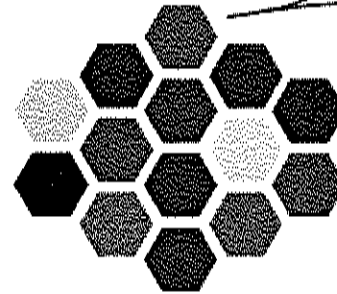
Reforço da Identidade do Território

Prevenção e Gestão de Riscos

Empregabilidade

Aprovado em Conselho,
Julho de 2015

2015/15



Aprovado
em reunião
em 20/15/15
30

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Opções do Plano e Orçamento 2016

nota explicativa

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2. APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES	6
2.1 CONSTITUIÇÃO E OBJETO	6
2.2 MUNICÍPIOS ASSOCIADOS	7
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
3.1 ORGANIGRAMA	8
3.2 ORGÃOS SOCIAIS	8
3.3 RECURSOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL	10
3.3.1 RECURSOS FÍSICOS	10
3.3.2 RECURSOS HUMANOS	11
4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2015	12
5. ANEXOS	42
5.1 ORÇAMENTOS DE ENTIDADES CONTROLADAS	43
5.2 RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	45

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

É unânime a excelência do trabalho que a CIM Viseu Dão Lafões tem desenvolvido, nos últimos anos, em prol dos seus municípios associados e de toda a região Viseu Dão Lafões. Deixem-me fazer uma referência a alguns projetos, de grande relevância municipal e intermunicipal, liderados pela CIM e que estão a deixar a sua marca no território dos quais se destacam a rede regional de empreendedorismo, a modernização administrativa, a rede urbana para a competitividade e inovação, a promoção no mercado interno e no mercado interno alargado da marca Viseu Dão Lafões e das suas ofertas territoriais, estes são alguns exemplos importantes do trabalho desenvolvido, alguns deles com financiamento do QREN, e com grande impacto na nossa região.

Para este sucesso muito contribuiu (e contribui) a forma e a visão como a CIM Viseu Dão Lafões sempre procurou e procura relacionar-se com a CCDR Centro, as Autoridades de Gestão dos vários PO, os agentes económicos, sociais e culturais, públicos e privados, nos projetos que desenvolve, fazendo da união e solidariedade institucional, do trabalho em rede e esforço coletivo o fim e objetivo da sua atuação.

Para o ano de 2016 vamos continuar a trilhar este caminho e, naturalmente, alinhar os nossos projetos à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2020 e que serviu de base ao processo de negociação com os vários PO financiadores, no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, assinado no passado dia 31 de Agosto.

Nesse sentido, o trabalho da CIM, ao longo de 2016, será ancorado nas seguintes linhas estratégicas:

- Modernizar a qualidade de serviço da administração local, a sua dimensão intermunicipal e reforçar a capacitação institucional;
- Incrementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região, promover redes de cooperação;
- Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos;
- Promover a criação de empresas, a empregabilidade e o empreendedorismo;
- Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso escolar;
- Promover a coesão social, o desenvolvimento do terceiro sector e o envelhecimento ativo;
- Gestão da Contratualização no âmbito do Portugal 2020;
- Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna.

Estas serão as apostas estratégicas do Conselho Intermunicipal, para o ano de 2016, que irão ser explicitadas ao longo deste documento e que se pretendem concretizar. A educação, a qualificação e o mercado de trabalho, a empregabilidade e o empreendedorismo e a coesão social assumirão uma preocupação central da nossa atuação.

O território e as pessoas deverão ser a nossa preocupação central. Teremos, assim, de ser capazes, de mobilizar recursos, competências e dinâmicas coletivas em torno de elementos de identidade da

nossa região, para a promoção competitiva da mesma e para a sua afirmação nos nossos domínios diferenciadores temáticos.

Necessitamos de trilhar um caminho de desenvolvimento e de coesão territorial, através da geração de riqueza e de emprego baseados no aproveitamento, criação e fixação de valor a partir dos nossos recursos territoriais, das competências e das capacidades dos territórios.

A valorização económica destes recursos reclama uma estratégia de desenvolvimento que estimule uma maior interação da economia com o território, o reforço da atratividade e da competitividade territorial e urbana, a promoção da capacidade de iniciativa e de empreendimento, o incentivo à criatividade e à inovação (social, tecnológica ou organizacional), a melhoria dos níveis de eficiência coletiva, através da densificação das redes de cooperação institucional, empresarial, social ou cultural e, naturalmente, do reforço da governança territorial, no qual as Comunidades Intermunicipais devem ter um papel fundamental. No fundo, um maior compromisso da economia com o território.

Estando uma fatia significativa do Portugal 2020 virado para a economia, a nossa região terá de ser capaz de ter uma estratégia de eficiência coletiva que contribua para o surgimento de novas iniciativas empresariais, para a internacionalização das nossas empresas, para a capacitação dos nossos empresários, e desta forma contribuir para a competitividade das nossas empresas e da nossa região.

É exatamente isto que já estamos a fazer com as associações empresariais e com o Sistema Científico e Tecnológico no âmbito da rede regional de empreendedorismo e que se materializou numa candidatura submetida, em outubro último, ao "CENTRO 2020", juntamente com a AIRV, no âmbito do Sistemas Incentivos às Ações Coletivas (SIAC).

O ano de 2016 vai também ficar marcado pela oportunidade dada à CIM Viseu Dão Lafões, ao nível do sistema de apoios à criação de emprego e ao nível do sistema de incentivos às empresas, enquanto organismo intermédio, que terá competências ao nível da gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de investimentos, cujo montante esteja compreendido entre os 100.000€ e os 238.000€.

O reforço da cooperação territorial nas vertentes nacional/proximidade, transfronteiriça e inter-regional é também fundamental para a afirmação de Viseu Dão Lafões nos planos institucional e empresarial, em espaços mais alargados.

Iremos estar muito atentos às oportunidades que o "Portugal 2020" nos vai trazer neste domínio.

A CIM irá, também, dar continuidade ao pacto territorial para a empregabilidade e para a inclusão. Com o pacto territorial para a empregabilidade pretende-se, fundamentalmente, uma abordagem territorializada dos problemas, dos desafios, das políticas e dos financiamentos orientados para o combate ao desemprego e a qualificação dos ativos. Implica, assim, o conhecimento do território e do seu contexto externo bem como, intervenção e cooperação entre diferentes parceiros, como seja: IEFP, associações empresariais, associações de desenvolvimento local, DGESTE, Centro Distrital Segurança Social, Instituições de ensino superior, entre outras.

Quanto ao pacto da inclusão pretende-se que se assegure a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos que integram a rede (a constituir) de forma a promover, dinamizar e

monitorizar respostas integradas, designadamente, de apoio e acompanhamento da população mais vulnerável, para prevenção de fenómenos de pobreza e exclusão social.

Pretende, ainda, o Conselho Intermunicipal fazer o acompanhamento de importantes dossiers para a nossa Região, como seja, a título de exemplo, o novo corredor ferroviário e a Auto Estrada Viseu/Coimbra. Estes e outros projetos deverão ser debatidos e divulgados, sempre que tal se justifique, em parceria com os principais intervenientes no processo de desenvolvimento regional, por forma a fomentar e fundamentar as estratégias supramunicipais (O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal é um destes espaços de concertação estratégica).

É este, pois, o contexto em que o plano aqui apresentado foi preparado e elaborado. Entendemos, nós, Conselho Intermunicipal, que a CIM deve continuar a constituir-se como um pólo aglutinador de interesses e como a principal promotora de um conjunto de iniciativas e projetos que contribuam para a competitividade, inovação e desenvolvimento de todo o território de Viseu Dão Lafões.

Assim, estes novos desafios que se colocam à CIM Viseu Dão Lafões e à nossa região exigem um redobrado esforço e um trabalho com qualidade e consistência. A coesão e o empenho conjunto serão fundamentais para conseguirmos alcançar os nossos objetivos.

Estou certo, que esta Comunidade Intermunicipal, continuará a manter o espírito de harmonia e unanimidade por que sempre se pautou e, desta forma, agarrar todas as oportunidades e aproveitar os recursos colocados à disposição da nossa região.

O Presidente do Conselho Intermunicipal,

José Morgado Ribeiro

2. APRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES

2.1 CONSTITUIÇÃO E OBJETO

Os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Sátão, Santa Comba Dão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, constituíram entre si, no dia doze de março de dois mil e sete, uma Associação de Municípios de Fins Específicos com a denominação Associação de Municípios da Região Dão Lafões (AMRDL).

Com a entrada em vigor da Lei nº 45/2008, estes municípios transformaram a AMRDL em Comunidade Intermunicipal, no dia 26 de novembro de 2008, passando a mesma a adotar a figura jurídica de pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial correspondente à NUT III, designada como Dão Lafões.

A associação passou a adotar a denominação de Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões (CIMRDL) e os objetivos definidos para esta nova entidade visavam a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela Comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.

Mais recentemente, e com a entrada em vigor de nova legislação relativa às associações públicas de autarquias locais, designadamente a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a CIM assumiu a natureza de entidade intermunicipal e adotou a designação Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL).

De acordo com a nova lei, as Comunidades Intermunicipais visam a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos quadros financeiros plurianuais da política comunitária europeia;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal;
- e) Assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central em áreas como Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; Rede de equipamentos de saúde; Rede educativa e de formação profissional; Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; Segurança e proteção civil; Mobilidade e transportes; Redes de equipamentos públicos; Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer;

- f) Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.

2.2 MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

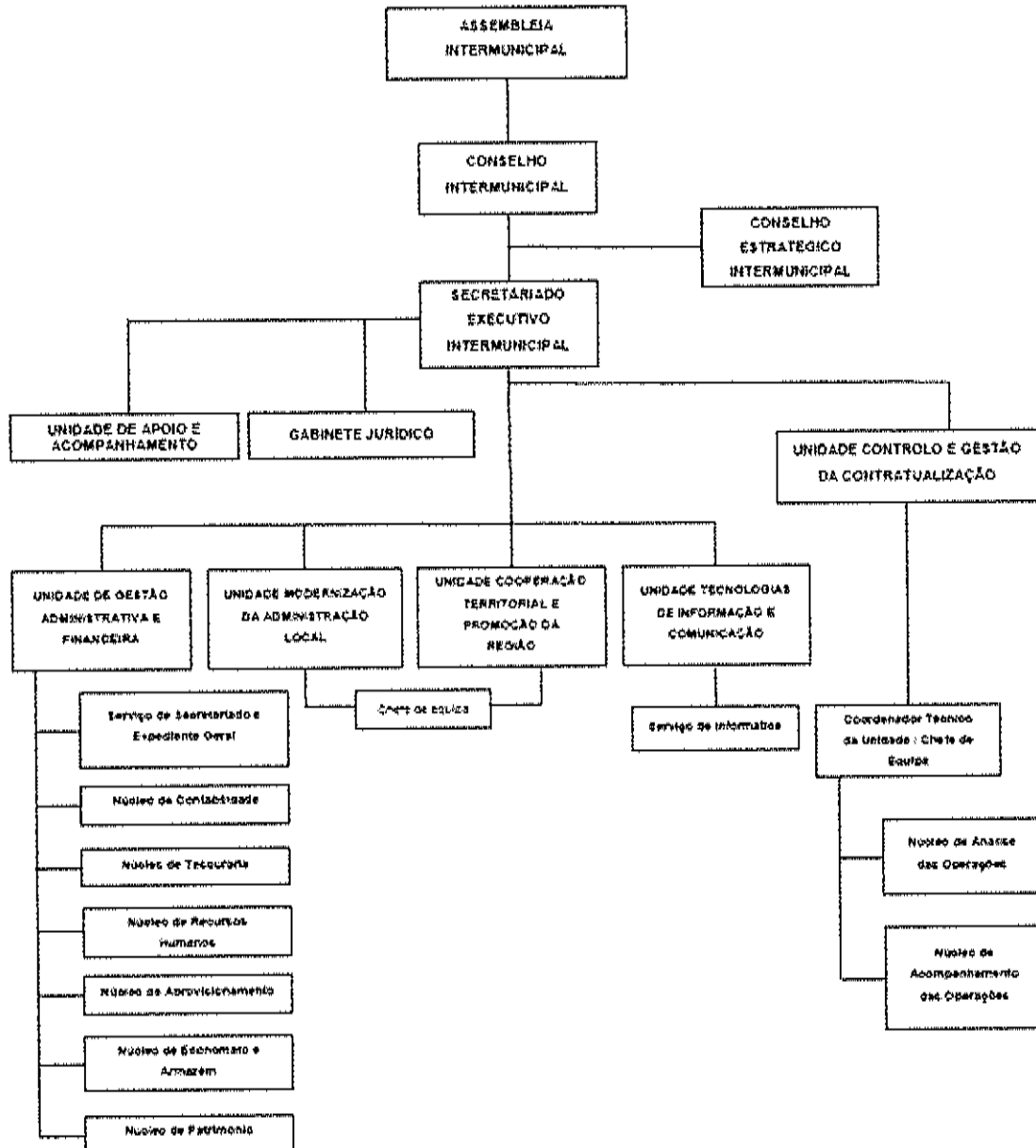
Os Municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões são:

- Aguiar da Beira
- Carregal do Sal
- Castro Daire
- Mangualde
- Nelas
- Oliveira de Frades.
- Penalva do Castelo
- Santa Comba Dão
- São Pedro do Sul
- Sátão
- Tondela
- Vouzela
- Vila Nova de Paiva
- Viseu

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 ORGANIGRAMA

Apresenta-se, de seguida, o organigrama com a atual organização dos serviços da CIM Viseu Dão Lafões:



3.2 ORGÃOS SOCIAIS

A CIM Viseu Dão Lafões tem como órgãos sociais a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

- **Assembleia Intermunicipal:** Órgão deliberativo da CIM, constituído por membros das Assembleias Municipais dos municípios que integram a Comunidade. A mesa é constituída pelos seguintes membros:
 - Presidente: Acácio Santos Fonseca Pinto
 - Vice-Presidente: José Manuel Afonso Rodrigues
 - Secretário: Alberto Gonçalves da Ascensão
- **Conselho Intermunicipal:** Órgão executivo e deliberativo da Comunidade Intermunicipal, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos 14 municípios integrantes da Comunidade, sendo de entre eles eleito o Presidente e dois Vice-Presidentes. Neste momento estes cargos são ocupados por:
 - Presidente: José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva
 - Vice-Presidente: José António Gomes de Jesus, Presidente da Câmara Municipal de Tondela
 - Vice-Presidente: José Fernando Carneiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire
- **Secretariado Executivo Intermunicipal:** Órgão executivo da CIM, cujos membros são eleitos pela Assembleia Intermunicipal com base numa proposta do Conselho Intermunicipal. Por deliberação da Assembleia Intermunicipal da CIM foi designado, como Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Luís Nuno Tenreiro da Cruz M. Martinho.
- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal:** Órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos e constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.

Este órgão é composto pelo Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que preside ao Órgão, e ainda pelos representantes das seguintes entidades:

- ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão;
- ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva;
- ADICES - Associação de Desenvolvimento Local;
- Administração Regional de Saúde do Centro;
- ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado nas Serras de Montemuro, Arada e Gralheira;
- AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu;
- Associação Comercial do Distrito de Viseu;
- CFAE – Centro de Formação da Associação de Escolas Castro Daire e Lafões;
- Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda;
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu;

- Comando Territorial da GNR de Viseu;
- Comissão Vitivinícola Regional do Dão;
- Diocese de Lamego;
- Diocese de Viseu;
- Direção de Cultura do Centro;
- Direção Regional da Economia do Centro;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Delegação Regional do Centro;
- Federação dos Bombeiros do Distrito de Viseu;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional do Centro;
- Instituto de Segurança Social - Centro Distrital de Viseu;
- Instituto Piaget;
- Instituto Politécnico de Viseu;
- PSP Comando Distrital de Viseu;
- Regimento de Infantaria nº 14;
- Turismo do Centro de Portugal;
- União de Misericórdias Portuguesas - Secretariado Regional de Viseu;
- União Distrital de Viseu das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Universidade Católica - Campus de Viseu.

Tem também assento no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com o estatuto de observador, a CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Não tendo qualidade de membros, podem também assistir e participar no CEDI, os Presidentes das Câmaras Municipais da área da CIM Viseu Dão Lafões, o Presidente da Assembleia Intermunicipal e o Secretariado Executivo Intermunicipal.

3.3 RECURSOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

3.3.1 RECURSOS FÍSICOS

Em termos de instalações, a CIM funciona, atualmente, no piso 1 do Edifício Novo Ciclo - Rua Dr. Ricardo Mota, na cidade de Tondela.

Nos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal adquiriu equipamento administrativo, informático e algum software para fazer face à sua atividade operacional, onde se inclui uma sala de formação, que se encontra em funcionamento nas suas instalações.

No entanto, no decurso de 2015, o Município de Tondela (dono do edifício), efetuou obras de adaptação no piso 0, de modo a proporcionar o alargamento das instalações afetas ao funcionamento da CIM Viseu Dão Lafões.

Assim, o piso 0 passou a estar dotado de uma sala de reuniões para o Conselho Intermunicipal e de uma sala mais ampla que permite a realização de sessões de trabalho e reuniões com os municípios, associações, instituições e demais entidades da região, colmatando assim uma necessidade que se fazia sentir nas instalações da CIM.

De referir, também, que em 2015, e em resultado do despacho n.º 2387/2015, de 9 de março, exarado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, que afeta a transferência da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Viseu à CIM Viseu Dão Lafões, a CIM passou a ser proprietária da Casa do Adro, na cidade de Viseu.

Para o ano de 2016 está prevista a aquisição de alguns equipamentos informáticos, administrativos e software que permitam dotar os postos de trabalho dos meios necessários à sua atividade.

3.3.2 RECURSOS HUMANOS

Quanto à vertente dos recursos humanos, a Comunidade Intermunicipal dispõe, neste momento, de um quadro de pessoal composto por 12 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- Um Secretariado Executivo Intermunicipal composto por um Primeiro Secretário;
- Dois técnicos superiores afetos à Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, assumindo um deles a função de Coordenador (Chefe de Equipa Multidisciplinar) da Estrutura de Apoio Técnico criada no âmbito do processo de contratualização estabelecido entre a CIM e a Comissão Diretiva do Programa “MaisCentro” e com o Portugal 2020, sendo que, as competências delegadas por cada uma das autoridades de gestão dos programas financiadores do Portugal 2020 serão objeto de adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Viseu Dão Lafões;
- Dois técnicos superiores, na Unidade de Modernização da Administração Local, assumindo um deles a função de Chefe de Equipa Multidisciplinar;
- Três técnicos superiores na Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, estando a liderança desta unidade cometida ao Chefe de Equipa da Unidade de Modernização da Administração Local;
- Dois assistentes técnicos na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira;
- Dois assistentes operacionais na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, a exercer funções no edifício da Casa do Adro, em Viseu, fruto da transferência da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões.

No âmbito de uma candidatura ao PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, a CIM Viseu Dão Lafões irá dispor de três estagiários, que irão dar apoio à Unidade de Modernização da Administração Local e à Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região. De referir que, os estágios têm a duração de 12 meses, iniciando-se os mesmos em novembro de 2015.

4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016

As principais linhas estratégicas pelas quais se irá pautar a atuação da CIM Viseu Dão Lafões, durante o ano de 2016, foram definidas tendo por base os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e as políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

Posto isto, esta definição teve em consideração o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, bem como a consolidação do trabalho até agora realizado.

Assim, foram definidas as seguintes 8 grandes linhas estratégicas:

- Modernizar a qualidade de serviço da administração local, a sua dimensão intermunicipal e reforçar a capacitação institucional;
- Incrementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região, promover redes de cooperação;
- Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos;
- Promover a criação de empresas, a empregabilidade e o empreendedorismo;
- Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso escolar;
- Promover a coesão social, o desenvolvimento do terceiro sector e o envelhecimento ativo;
- Gestão da Contratualização no âmbito do Portugal 2020;
- Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna.

Para a implementação de cada uma destas linhas estratégicas foram delineados um conjunto de projetos, os quais se apresentam na seguinte tabela:

Linha Estratégica	Projeto	Unidade Orgânica
A. Modernizar a qualidade de serviço da administração local, a sua dimensão intermunicipal e reforçar a capacitação institucional	Programa Aproximar	Modernização da Administração Local
	Serviços Partilhados - Transferência de Competências dos Municípios para a CIM	
	Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um modelo, catorze municípios	
B. Incrementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região, promover redes de cooperação	Ecopista do Dão	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Rede de Corredores Verdes de Viseu Dão Lafões	
	Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes	
	Marca Viseu Dão Lafões	
	Programação Cultural em Rede	
	Sinalização dos produtos turísticos de Viseu Dão Lafões	

	PROVERE – Estratégia de Valorização Económica dos Recursos Territoriais	
C. Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos	Proteção Civil à Escala Supramunicipal	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Mecanismos Sistémicos de Monitorização Energética	
	Preparar hoje o futuro – Adaptação às alterações climáticas	
	Resíduos com valor	
D. Promover a criação de empresas, a empregabilidade e o empreendedorismo	Pacto para a Empregabilidade em Viseu Dão Lafões	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões - Empreendedorismo nas Escolas da CIM Viseu Dão Lafões - Empreender+ Viseu Dão Viseu Dão Lafões	
E. Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso escolar	Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	Modernização da Administração Local / Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Formação Supramunicipal no âmbito do Portugal 2020	
	Pacto para a Educação em Viseu Dão Lafões	
	Plataforma de Gestão da Educação	
F. Promover a coesão social, o desenvolvimento do tercelro sector e o envelhecimento ativo	Centro de conhecimento, competências, parcerias e recursos para a intervenção e inovação social	Cooperação Territorial e Promoção da Região
	Plataforma Viseu Dão Lafões Social	
	Gestão e formação de bolsa oferta/procura de voluntariado	
G. Gestão da Contratualização no âmbito do Portugal 2020	Assistência Técnica – contratualização no âmbito do Portugal 2020	Controlo e Gestão da Contratualização
H. Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna	Promoção e divulgação / Reforçar a identidade Viseu Dão Lafões	Gestão Administrativa e Financeira
	Organização e gestão interna da CIM	

A. Modernizar a qualidade de serviço da administração local, a sua dimensão intermunicipal e reforçar a capacitação institucional

Com este domínio de intervenção pretende-se incentivar o uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública, apostando na melhoria das capacidades institucionais, na eficiência das administrações e dos serviços públicos e na capacitação dos recursos humanos e das organizações autárquicas, essencial à construção e implementação da estratégia de desenvolvimento regional.

Programa Aproximar

A reorganização dos serviços públicos de atendimento da administração pública no território, concretizada através do Programa Aproximar, constitui uma das mais decisivas reformas do Estado, promovendo uma Administração Pública:

- **Sustentável:** no sentido de cumprir os objetivos de prestar um serviço de melhor qualidade aos cidadãos e às empresas de modo mais eficiente, ou seja, utilizar o mínimo de recursos que assegurem padrões de qualidade na prestação do serviço público;
- **Próxima:** no sentido de colocar a relação com o cidadão, independentemente da sua localização territorial, recursos e capacitação, no centro da sua atividade, o que implica uma rede de atendimento ao cidadão e às empresas que, através de múltiplos canais e de maior compromisso e envolvimento com os municípios, não só evite agravar como procure ajudar a atenuar os desequilíbrios e as desigualdades sociais, económicas e territoriais existentes.

A CIM Viseu Dão Lafões foi escolhida pelo Governo, em sede de Conselho de Ministros, para o arranque da implementação do projeto piloto do Programa Aproximar.

O modelo assenta na criação de serviços em Lojas do Cidadão Municipais e de uma rede complementar de Espaços do Cidadão. Paralelamente, está também previsto, uma rede de transportes públicos, designado “Portugal Porta a Porta”, e uma rede móvel de “Carrinhas do Cidadão”.

O “Portugal Porta a Porta” é uma rede de serviços públicos de transporte de passageiros, a pedido, para territórios de média e baixa densidade populacional.

As “Carrinhas do Cidadão” são um serviço periódico e rotativo. Estas carrinhas consistem em mini Lojas do Cidadão ou Espaço do Cidadão Móvel, que levam periodicamente os principais serviços públicos de atendimento aos cidadãos e que asseguram o acesso das populações, sobretudo as de mobilidade reduzida, aos serviços de atendimento.

O programa Aproximar, de forma faseada e de gestão partilhada entre o Governo, a CIM Viseu Dão Lafões e os Municípios, pretende garantir a manutenção de uma Administração Pública de proximidade assente numa rede de serviços públicos de atendimento.

No decurso de 2015 foram firmados os protocolos entre os Municípios / CIM Viseu Dão Lafões e a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, no âmbito da execução, implementação e gestão dos projetos referentes às Lojas do Cidadão Municipais / Espaços do Cidadão e às Carrinhas do Cidadão.

No âmbito dos referidos protocolos, a AMA comprometia-se a ministrar formação nas diversas soluções informáticas a disponibilizar em cada um dos “Espaços do Cidadão”, aos colaboradores a que a elas venham a ser afetos.

Nesse sentido, tiveram início em outubro de 2015, e irão prolongar-se até ao final do ano, as ações de formação dos futuros mediadores de atendimento digital dos “Espaços do Cidadão”.

De referir, que os municípios da CIM Viseu Dão Lafões, na sequência da publicitação do aviso n.º CENTRO-50-2015-01, no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública, publicado a 25 de setembro de 2015, se encontram a preparar as suas candidaturas referentes à estratégia para a reorganização dos serviços de atendimento da administração pública.

O referido aviso visa promover a reorganização da rede de serviços públicos do Estado, numa lógica de concentração de serviços de atendimento, com melhoria de conveniência para o cidadão, através da definição de critérios de acessibilidades para serviços físicos, e simultaneamente com poupança de recursos, designadamente lojas do cidadão.

No decurso de 2016, irá ser dada continuidade à implementação das ações constantes nos referidos protocolos, garantido assim que toda a população do território Viseu Dão Lafões tem acesso aos serviços públicos.

Unidades de Serviços Partilhados/Transferência de competências dos municípios para a CIM

A Administração Local tem vindo, nos anos mais recentes, a ser alvo de importantes reformas estruturais, com incidência em diferentes frentes e com o objetivo de proporcionar uma resposta mais adequada aos inúmeros desafios que se colocam às autarquias, com particular intensidade desde o início da crise da dívida pública.

Neste contexto, torna-se premente implementar modelos gestionários potencialmente geradores de ganhos de eficiência que garantam a libertação de fundos para o financiamento de novos investimentos, num cenário de manutenção do serviço público prestado em termos da sua abrangência e da qualidade. Noutra perspetiva, será importante assegurar que esses novos modelos permitem que sejam adotadas, desde o início, estruturas otimizadas e aproveitadoras da escala existente para a prestação desses serviços, evitando redundâncias e multiplicação de estruturas e sem prejuízo de se atingirem os objetivos de proximidade que levaram à sua descentralização, já que as competências residem nos municípios.

A interação e a partilha de serviços, neste caso entre municípios, é uma das ferramentas mais comumente utilizadas para solucionar estas questões, como resposta à crescente necessidade de contenção de custos, mas também às necessidades de integração regional e aos desafios no que respeita ao know-how e à especialização técnica essencial para dotar os serviços públicos de maior eficiência, eficácia e qualidade.

Assim, pretende-se implementar na região Viseu Dão Lafões um modelo de prestação partilhada de serviços correspondente a um modelo de gestão, segundo o qual, os vários municípios utilizam uma única unidade de gestão para a prestação de serviços equivalentes, obtendo assim ganhos de eficiência, dos quais resulta a redução do custo global relativamente à prestação desagregada de serviços. Esta vantagem decorre da eliminação ou redução de serviços duplicados, da minimização de recursos humanos e materiais, da maior especialização técnica e da maior capacidade de negociação e contratação, em suma, dos ganhos económicos associados à escala e à otimização do próprio desempenho dos serviços que resulta da sua agregação.

Na verdade, a Comunidade Intermunicipal já tem vindo, ao longo dos últimos anos, a assumir a liderança de um conjunto de projetos/iniciativas que têm uma lógica de criação/desenvolvimento de um conjunto de Unidades de Serviços Partilhados pelos Municípios.

Como exemplo, temos o trabalho desenvolvido na vertente da gestão da formação supramunicipal, mais concretamente na qualificação dos profissionais da administração local, que se tem traduzido em ganhos, não apenas de ganhos de escala, mas, sobretudo, de a formação conjunta dos quadros de diferentes autarquias permitir adquirir uma cultura de cooperação que vai muito além do período de formação propriamente dito, pois contribui para que sejam criadas rotinas de contacto, de troca de experiências e de interajuda que perduram no tempo.

Outro exemplo, é o trabalho que tem sido possível desenvolver no domínio da modernização administrativa, em áreas tão importantes como a disponibilização de serviços multicanal, reengenharia de processos, a consolidação do SiG à escala supramunicipal e a implementação da central de compras à escala supramunicipal.

Não obstante, existem um conjunto de outros domínios, de prestação de bens e serviços, dentro das áreas administrativa, financeira e jurídica em que os ganhos de eficiência municipal poderão ser maiores e, portanto, de onde resultarão maiores benefícios carecendo, contudo, de um estudo prévio de avaliação assente em dados concretos a obter junto dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Dentro dessas áreas são várias as tipologias de serviços que poderiam vir a ser integradas através da criação de Unidades de Serviços Partilhados, a saber: Auditoria Interna, Assessoria Jurídica, Assessoria Financeira, Gestão Patrimonial, Controlo de Gestão, Gestão de Ativos, Qualificação e Mobilidade de Recursos Humanos, Arquivo Central, Contencioso Tributário, etc.

Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios, convictos de que a criação de unidades de serviços partilhados constitui uma outra resposta adequada às exigências que se colocam no âmbito da otimização da despesa pública municipal e da racionalização da alocação de recursos, humanos, físicos e financeiros, decidiram apresentar, em 2015, uma candidatura ao Programa "Reforma para a Partilha e Integração de Serviços dos Municípios".

Esta candidatura supramunicipal pretende contribuir para a coesão e desenvolvimento económico e social do território Viseu Dão Lafões, apostando na implementação e execução das seguintes atividades:

- Aquisição de cartografia oficial e homologada: com vista a colmatar a necessidade de modernizar e atualizar os instrumentos de planeamento e decisão da Administração Pública Local, uma vez que a CIM Viseu Dão Lafões e seus municípios carecem da mesma para a elaboração de planos e estratégias supramunicipais. Neste âmbito, destacam-se os instrumentos de ordenamento do território, licenciamento e regulação das atividades económicas, gestão de redes de equipamentos, gestão e exploração de infraestruturas, entre outras, pelo que a aquisição da cartografia num formato digital a uma escala intermédia se torna prioritária.
- Reforço da implementação do SIG, em software opensource: a implementação da infraestrutura de dados espaciais permitirá o aumento da eficiência e da eficácia não só de serviços públicos prestados, mas também ao nível da cooperação, partilha, compilação e

sistematização de informação dispersa, como na divulgação e na facilitação do acesso dos dados, quer por parte da administração pública, quer pelo sector privado, procurando assim o reforço da cidadania e da participação no desenvolvimento regional.

- Criação de um centro de competências de ativos da CIM Viseu Dão Lafões: irá permitir à CIM Viseu Dão Lafões o reforço, agregação e partilha de serviços até agora circunscritos à visão municipal, sendo uma das componentes a abordar a gestão e conservação de vias. Neste campo, destacamos a parceria entre o Centro de Competências de Gestão de Conservação de Vias da Infraestruturas de Portugal e a CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do desenvolvimento de um projeto de índole inovadora com o objetivo de criar um modelo de gestão tecnológico e de know-how na CIM para gestão partilhada e integrada da infraestrutura rodoviária supramunicipal.

No passado mês de agosto, a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, em articulação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, apresentou uma proposta de decisão favorável à referida candidatura, a qual mereceu concordância do Sr. Secretário de Estado da Administração Local. A candidatura apresenta um investimento elegível de 1.032.619,50€ correspondente a uma comparticipação de 722.833,65€ (taxa de 70%).

Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um Modelo, Catorze Municípios

Foi definido pela CIM, no ano de 2008, que uma das áreas de intervenção supramunicipal e com um horizonte de intervenção de médio prazo seria a Modernização Administrativa.

De modo a alcançar este objetivo, com vista à constante melhoria dos serviços públicos e por forma a melhor satisfazer as novas exigências dos cidadãos/clientes e munícipes, decidiu-se, em 2010, avançar com a candidatura ao Programa Mais Centro do projeto "Modernização Administrativa no Território Dão Lafões", no valor de 3,5 milhões de euros (tx Feder 85%), e que decorreu até ao final de 2012.

Neste contexto, a implementação da candidatura supra mencionada permitiu capacitar os municípios de equipamentos que possibilitassem a disponibilização de serviços online na área do urbanismo. Com esse processo de modernização administrativa, foi possível potenciar serviços partilhados, melhorar a capacidade de gestão, reduzir os custos operacionais, melhorar a performance, entre outros.

Neste seguimento arrancou-se, durante o ano de 2013, com uma segunda intervenção, com um investimento elegível de aproximadamente 1 milhão de euros, cofinanciada a 85% pelo POFC – Compete, cuja execução física e financeira ficará concluída no final do ano de 2015.

Assim, os municípios integrantes da CIM Viseu Dão Lafões desenvolveram a sua intervenção no reforço do seu balcão único físico e online, disponibilizando processos que não só da área do urbanismo mas também da área da educação, ambiente, desporto, água, saneamento, entre outros, passando a permitir nos já existentes e nos que foram implementados a possibilidade de se efetuar o pagamento online, tendo-se implementando, para tal, a Plataforma de Pagamentos da

Administração Pública, podendo-se assim afirmar que o processo ficou desmaterializado em toda a linha.

O sistema de informação geográfica (SIG), tem também assumido nos últimos anos um papel relevante, ao ser um sistema capaz de fornecer informação crítica aos decisores municipais e supramunicipais em simultâneo com informação operacional de suporte aos procedimentos organizacionais e informação pública aos cidadãos.

Associada a esta visão de produção e disponibilização de informação esteve também o facto das mesmas assentarem em soluções abertas (open source) cumpridoras das normas europeias em vigor.

Para além disso, procedeu-se à aquisição de uma central de compras, com o objetivo de agregar as necessidades dos 14 municípios da CIM, possibilitando a aquisição de bens e serviços a um mais baixo custo. Esta iniciativa assume um papel importante na gestão eficiente dos recursos públicos, promovendo a redução de custos e contribuindo de forma ativa para a modernização da administração pública local, em particular das autarquias suas associadas.

Assim, no âmbito da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões, foram já realizados acordos quadros para a aquisição de combustíveis rodoviários, gás, refeições escolares, eletricidade e inertes, e leilões eletrónicos para aquisição de papel e consumíveis informáticos, contribuindo para a redução de preços e custos administrativos, para a redução de custos de transação, o acesso facilitado ao conhecimento, o aumento do poder negocial e a redução do volume de trabalho.

Estas negociações centralizadas começam já a apresentar resultados, pelo que se destaca, no fornecimento de papel A4 uma poupança média de 16% e máxima de 42%, e na compra, de consumíveis originais de algumas marcas, poupanças médias superiores a 8%.

Posto isto, no ano de 2016, pretende-se dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível da modernização administrativa, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação da Administração Local com os cidadãos e com os agentes económicos.

Neste âmbito, salienta-se a aposta da CIM e dos seus municípios, na prioridade de investimento 2.3 – TIC, tendo sido contemplados, no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, projetos com um montante FEDER associado de 2.299.165,00€.

Assim, destaca-se o desenvolvimento e implementação das seguintes atividades:

- Melhoria e aumento da disponibilização de serviços presenciais, online e desconcentrados numa lógica municipal e multimunicipal normalizada;
- Conceção e desenvolvimento de plataformas simplificadas e integração das mesmas no reforço dos serviços municipais online;
- Reforço das infraestruturas de suporte TIC dos municípios e da CIM para recolha, armazenamento e tratamento da informação;
- Conceção de catálogo de serviços locais;

- Conceção de plano de preservação que suporte a guarda da informação de arquivo (digital);
- Desenho e desenvolvimento de um plano multimunicipal de normalização e implementação municipal de todos os mecanismos de reengenharia e simplificação dos processos administrativos de proximidade com cidadão / entidade;
- Conceção e implementação da desmaterialização de todo o processo administrativo;
- Ações de sensibilização a todos os agentes para a normalização, simplificação e desmaterialização associado a um arquivo normalizado.

B. Incrementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região, promover redes de cooperação

Esta importante opção estratégica visa apoiar e implementar ações para o reforço da competitividade da região e a sua afirmação externa, valorizando a coesão interna e as complementaridades existentes e estimulando a inovação.

O desenvolvimento de ações em diferentes temáticas, em parceria com os atores da região e municípios, privilegiando o trabalho em rede, será também um dos objetivos desta linha estratégica, que pretende uma maior eficiência na gestão dos recursos e na prestação de serviços ao cidadão.

Ecopista do Dão

Conforme protocolado com os municípios de Santa Comba Dão, Tondela e Viseu, a Comunidade Intermunicipal assumiu, desde a sua inauguração (1 de julho de 2011), a gestão da Ecopista do Dão.

Nesse âmbito, cabe à CIM a limpeza e manutenção da ecopista, bem como o desenvolvimento de um vasto conjunto de atividades de animação, promoção e gestão da mesma. Em 2016 continuar-se-á a assegurar estas funções tendo, inclusivamente, já sido aprovado o Plano de Atividades e Orçamento, para o exercício económico de 2016, em sede de comissão de acompanhamento.

Em resultado das funções desempenhadas até ao momento, a CIM tornou-se, no ano de 2013, associada da EGWA – Associação Europeia de Vias Verdes e fruto dessa colaboração, tem integrado vários projetos europeus de boas práticas, como é exemplo o projeto “Greenways4Tour”, que teve como objetivo “Promover e aumentar a consciência internacional sobre as vias verdes europeias, como excelentes infraestruturas para ciclistas, caminhantes e pessoas com deficiência e melhorar opções de turismo sustentável na Europa”, assim como, do projeto “Greenways Product” que está relacionado com a criação de produtos turísticos.

Para além disso, desde 2015 que a CIM se encontra a participar noutro projeto europeu de boas práticas, designado “Greenways Outdoor”, que se centra na diversificação da oferta do turismo europeu, aliados às ecopistas (Greenways). Este projeto, terá continuidade em 2016, e visa melhorar

a competitividade do turismo europeu, promovendo o fortalecimento da cooperação e parceria entre o sector público e privado.

Tendo em consideração a qualidade desta infraestrutura, e as potencialidades turísticas da sua zona envolvente, a CIM concluiu, no ano de 2015, a otimização deste recurso através da estruturação de produtos turísticos para a captação de visitantes/turistas, através do cruzamento de temáticas como natureza, gastronomia, vinhos, lazer, desporto, termalismo, histórico-cultural.

Assim, a estruturação do produto Ecopista do Dão teve em conta uma abordagem territorial para o desenvolvimento turístico da região de Viseu Dão Lafões, concretizada na criação de produtos, organizados em "tours", tendo em vista a sua utilização integrada a pé, de bicicleta e automóvel. Sendo, ainda, consideradas, nestes produtos quer as diferentes lógicas da procura consoante os públicos visitantes (diferentes targets), quer as da oferta considerando os serviços turísticos e serviços públicos existente.

Posto isto, definiram-se 11 "tours" com distâncias/durações diversificadas e com focos de interesse variados para alcançar um mercado mais abrangente e que pudessem ser percorridos através de diferentes formas de deslocação (a pé, de bicicleta e de carro).

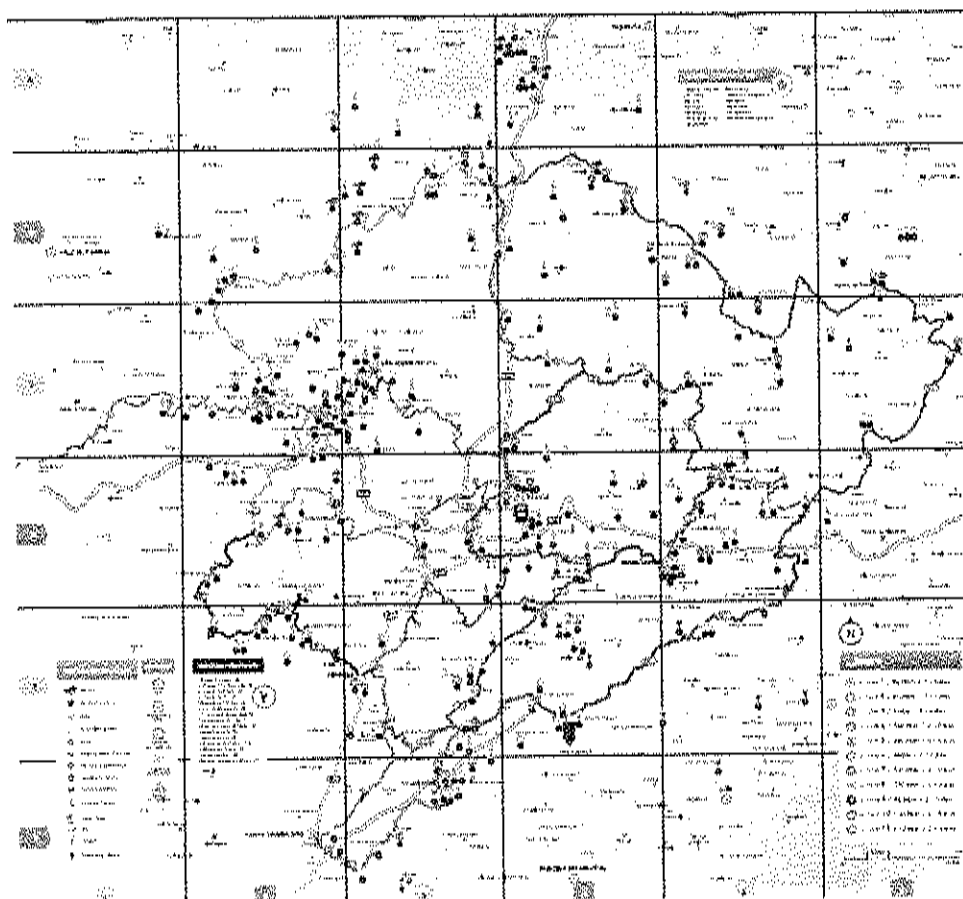


Figura – Mapa Tours Ecopista do Dão

De facto, existe a constatação clara que, em torno da Ecopista do Dão, existe uma ligação a locais de grande beleza, aliados à valorização do património, que podem ser potenciadores na captação de

turismo Europeu. As Ecopistas são das infra estruturas mais apreciadas em redes de ciclo turismo, dado serem seguras, acessível a todos, e amigas do ambiente. É claramente um nicho de mercado que importa desenvolver e apostar, pelo que, no decurso de 2016, irá ser dada continuidade ao trabalho de promoção e valorização deste produto turístico.

Rede de Corredores Verdes de Viseu Dão Lafões

O termo "Corredor Verde" costuma ser utilizado para fazer referência a um caminho que une dois pontos geográficos e que se desenvolve pela natureza. Dentro deste termo podem incluir-se as linhas de caminho-de-ferro desativadas e as já convertidas em ecopistas, as estradas antigas com valor cénico e de tráfego motorizado reduzido, os percursos de ligação fluvial, os antigos caminhos rurais ou os trilhos pedestres.

Sendo Viseu Dão Lafões um território onde este tipo de percursos abunda, é intenção da CIM continuar a colocar os mesmos em valor, identificando-os, mapeando-os e promovendo-os de forma conjunta e articulada. Em suma, pretende-se dar continuidade à criação de uma rede de corredores verdes, com recurso a todos os percursos já existentes, que proporcione ligações úteis e de qualidade paisagística entre espaços naturais e entre estes e as cidades, aldeias e seus arredores.

Assim, ficará constituído um *continuum* de circuitos cicláveis e pedestres que permitirá promover o turismo e a preservação do património histórico e cultural da região Viseu Dão Lafões, fornecer espaços para recreio e lazer dos residentes e visitantes, bem como ajudar a manter e valorizar a qualidade estética da paisagem e a criar vias de circulação alternativas aos meios motorizados.

No território destacam-se 65 percursos pedestres que representam uma oferta de cerca de 560Km de percursos sinalizados abrangendo toda a região Viseu Dão Lafões e com capacidade de ancorar, integrar ou complementar todas as outras temáticas consideradas relevantes ao produto turístico Ecopista do Dão.

Ao nível destes percursos pedestres, verifica-se uma oferta alargada, estando praticamente todos os concelhos da CIM abrangidos por redes de percursos pedestres de pequena rota sinalizados, com exceção de Aguiar da Beira, Nelas, Santa Comba Dão e Vila Nova de Paiva. Contudo, é perceptível uma diferenciação da oferta e qualidade entre os vários municípios, traduzida em aspetos como o número de percursos com homologação finalizada (que são em número muito reduzido), a informação disponível ao turista (inexistência de folheto, painel informativo ou no caso destes existirem não são bilingues ou traduzidos), a tipologia de sinalética (nem sempre a mais eficiente ou adequada) e principalmente o seu estado de conservação (vegetação crescida, falta de sinalética ou necessidade de remarcação).

Assim, e no âmbito desta temática, podemos identificar como principais objetivos:

- Qualificar a rede de trilhos pedestres de Viseu Dão Lafões;
- Potenciar as receitas turísticas das atividades localizadas na proximidade aos trilhos;
- Melhorar o nível de satisfação dos turistas por via da diminuição do risco de encontrar trilhos sem condições de utilização;
- Qualificar a oferta de turismo de natureza regional;
- Melhorar o posicionamento de Viseu Dão Lafões face aos territórios próximos que possuem maior notoriedade turística nesta área.

Para além disso, é intenção da CIM Viseu Dão Lafões promover e divulgar a Rede de Corredores Verdes de Viseu Dão Lafões além fronteiras, com a participação em projetos europeus, enquanto meio importante de troca de experiências e boas práticas em temas relacionados com as vias verdes.

Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes

Nos últimos anos tem-se assistido a uma crescente complexidade e alteração dos padrões da mobilidade, sustentados na intensificação das taxas de motorização, que têm originado, nomeadamente nas áreas urbanas, uma degradação progressiva da qualidade de vida das populações.

A dispersão e a disseminação da urbanização são responsáveis por uma mobilidade das populações cada vez mais insustentável: maior dependência do fator distância/ tempo e consumo energético, com consequentes aumentos dos custos do sistema de deslocações e das externalidades ambientais, bem como, aumento da insegurança. A dispersão urbana tem provocado um aumento das distâncias percorridas e dos tempos de viagem nas deslocações, quer pendulares, quer esporádicas, alterando os padrões de mobilidade e induzindo um modelo de mobilidade cada vez mais dependente do transporte individual (TI), em detrimento do transporte público (TP).

É assim necessário inverter, urgentemente, esta tendência, combatendo os desperdícios de espaço, de tempo e de energia, de forma a diminuir a dependência do transporte individual, aumentando a eficiência dos modos alternativos (deslocações em Transportes Públicos, a pé e de bicicleta) e em simultâneo reduzir quer os custos de investimento e de exploração dos transportes, quer os níveis de emissões de CO₂ e de outros poluentes atmosféricos (como NO₂, Ozono e PM), tornando o sistema mais sustentável, indo, assim, ao encontro das políticas nacionais e comunitárias de descarbonização da economia e da sociedade.

Nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões encontra-se a desenvolver o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões, tendo candidatado o mesmo ao Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do Aviso CENTRO-06-2015-02.

Este projeto já se encontra aprovado, pela Comissão Diretiva do referido programa, desde o passado dia 22 de outubro, apresentando um investimento elegível de 188.235,30€ e uma comparticipação de 160.000,00€ (taxa de financiamento de 85%).

Neste contexto, constitui objetivo do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões, para os 14 Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, a elaboração de um documento orientador que sirva de instrumento de atuação e sensibilização, que fomente a articulação entre os diferentes modos de transporte visando a implementação de um sistema integrado de mobilidade de uma forma racional, com o mínimo custo de investimento e de exploração, que permita diminuir o uso do transporte individual e, simultaneamente, garanta a adequada mobilidade das populações, promova a inclusão social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico, edificado e ambiental.

O Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões será também um documento de referência para decisões a tomar pelos 14 municípios da CIM Viseu Dão Lafões, no

âmbito das suas competências reguladoras e operacionais em relação aos transportes, mobilidade, sustentabilidade e acessibilidades.

Posto isto, as áreas de intervenção do referido Plano são:

- Mobilidade sustentável;
- Promoção da acessibilidade;
- Sistema de transportes, multimodalidade e intermodalidade;
- Ambiente, saúde pública e segurança rodoviária;
- Exclusão e justiça social;
- Conta pública de deslocações;
- Gestão da mobilidade;
- Movimentos Pedonais;
- Bicicletas;
- Transporte público;
- Hierarquia viária;
- Estacionamento;
- Logística.

O Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão Lafões, pretende efetuar a caracterização/diagnóstico da mobilidade nos Municípios que constituem a CIM Viseu Dão Lafões e a elaborar propostas, medidas e ações tendentes à satisfação das necessidades de mobilidade da população e à redução das externalidades negativas dessa mobilidade, traduzidas na consecução de uma estratégia de mobilidade sustentável.

Assim, o Plano irá abordar o transporte de pessoas e mercadorias de acordo com os seguintes objetivos:

- Melhorar a integração do planeamento de transportes com outros instrumentos de planeamento (ordenamento do território, ambientais, entre outros);
- Reduzir as emissões de CO2 e outros poluentes atmosféricos (NO2, PM e Ozono), contribuindo assim para a descarbonização da economia e da sociedade;
- Promover a acessibilidade de todos os cidadãos em particular em espaço público e aos sistemas de transportes públicos;
- Fomentar os transportes públicos através da melhoria da qualidade do serviço prestado, promovendo a intermodalidade (integração física, operacional, tarifária e institucional) de modo a servir tanto as populações urbanas como as que habitam em zonas de baixa densidade ou rurais;
- Reduzir o impacto dos transportes sobre a saúde pública e a qualidade de vida dos cidadãos e privilegiar e promover modos de transportes suaves;
- Melhorar o desempenho ambiental e económico do sistema de transportes, procurando um equilíbrio entre o transporte eficaz de pessoas e bens e os respetivos custos económicos e ambientais;
- Reduzir a sinistralidade;
- Apoiar a CIM e municípios na definição da estrutura/modelo de gestão e planeamento dos transportes públicos (Observatório do Sistema de Acessibilidades, Transportes e Mobilidade);

- Analisar a necessidade de investimentos em infraestruturas a realizar a médio prazo como contributo à concretização dos objetivos propostos;
- Estruturar “Bases Programáticas e Técnicas” para elaboração e implementação de Planos Operacionais na área das acessibilidades, transportes e mobilidade, a desenvolver pelos municípios.

Marca Viseu Dão Lafões

O turismo tem vindo a conquistar um papel central na economia portuguesa e é hoje líder, na sustentabilidade, na inovação e na criação de emprego.

De facto constatamos que o turismo contribui, como nenhuma outra atividade, para a correção de assimetrias e para a criação de emprego sendo já um dos principais motores do desenvolvimento nacional e regional. Estamos, pois, a falar de um setor de atividade que apresenta indicadores que justificam o empenho e os investimentos passados e futuros.

Segundo os dados estatísticos, a região Centro, em julho de 2014, teve uma variação positiva de mais de 12% de dormidas totais e mais de 10,9% de proveitos referente ao período homólogo.

Assim, nos últimos anos, a CIM tem apostado na definição e estruturação de uma singularidade territorial para Viseu Dão Lafões, com base nos seus recursos e ofertas distintivas, estabelecendo a partir daí uma marca identitária comum para o território, como meio de valorização do território.

A nossa gastronomia, os vinhos e as paisagens são pontos da identidade da nossa comunidade, a nossa capacidade hoteleira instalada, o nosso comércio de proximidade, a animação de Verão, a nossa localização geoestratégica, servida pelos principais eixos rodoviários, são alavanca do nosso desenvolvimento.

Neste contexto, procedeu-se à realização de duas edições do evento “Prove Viseu Dão Lafões” com vista a estruturar, afirmar e divulgar a oferta enogastronómica da região, participação no evento “Dão Capital” e em várias edições da Bolsa de Turismo de Lisboa, estruturação do produto Ecopista do Dão, realização de ações de rua nas cidades de Lisboa e Porto e em Espanha com o objetivo de promover o conhecimento sobre a região e incentivando visitas à mesma, participação em feiras internacionais, nomeadamente, na “Fiets en Wandelbeurs” (Bélgica) e na “Destinations Nature (França), entre outras ações de divulgação e promoção.

Assim, foram identificadas as seguintes iniciativas, para o ano de 2016:

- Estruturação de novas ofertas territoriais, a partir do estabelecimento de combinatórias inovadoras de recursos existentes, que permitirão explorar e afirmar domínios e temáticas de competitividade e reforçar a associação das mesmas a fatores de identidade de Viseu Dão Lafões;
- Participação em eventos (nacionais e internacionais) e desenvolvimento de atividades que apresentem, caracterizem, demonstrem e consubstanciem a abrangente e qualificada oferta de Viseu Dão Lafões, com vista a promover o interesse e desejo dos públicos-alvo para a oferta global que a região apresenta;

- Realização de campanha de meios como forma de divulgação da Marca Viseu Dão Lafões, promovendo este território como espaço de criatividade e de iniciativa, oferecendo qualidade de vida e oportunidades para criar e desenvolver negócios, disfrutar de experiências turísticas e de lazer únicas e memoráveis, bem como, de um ambiente cultural diversificado e qualificado.

De referir que, por decisão estratégica da Comissão Diretiva do Portugal 2020, não foi possível à CIM Viseu Dão Lafões integrar a promoção e divulgação da Marca Viseu Dão Lafões no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, no entanto, a CIM estará atenta a eventuais avisos de abertura de concursos, para oportunamente efetuar uma candidatura supramunicipal nesta área.

Programação Cultural em Rede

O sucesso alcançado com a implementação do projeto “Melhorar e Integrar a oferta cultural e calendário de eventos”, financiado pelo Programa Mais Centro, o qual consistiu na apresentação do espetáculo teatro-musical de rua, “A Viagem do Elefante”, pelos municípios do território Viseu Dão Lafões, bem como, o projeto “Viseu A...” do Teatro Viriato, consubstanciado no grande público que mobilizou, demonstrou a importância da articulação da programação cultural na região.

De facto, o território da CIM tem a fortuna de incluir, ao contrário de outros territórios similares, um conjunto diversificado de entidades culturais que são tidas como exemplos inquestionáveis de dedicação e de inovação na área cultural, como experiência acumulada, tendo essas entidades merecido ao longo dos anos o reconhecimento de entidades financiadoras (Municípios, Estado Português, União Europeia, etc.), da imprensa, da crítica, de artistas nacionais e internacionais, de universidades, e dos públicos locais e visitantes.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões, contando com o envolvimento das respetivas estruturas culturais, pretende acrescentar notoriedade ao território e potenciar novas rotas de visitas na área do turismo cultural e patrimonial, através da organização de múltiplos eventos ao longo de todo o ano.

Desta forma, torna-se necessário continuar a dinamizar uma plataforma cultural de âmbito regional, cujo objetivo principal seja o de promover as artes como um dos principais eixos do desenvolvimento social e humano da região.

Pensar numa estratégia de promoção e afirmação do território baseado nas artes, e na diversidade de projetos artísticos existentes, e como esses projetos se articulam em processos coletivos de trabalho, pode ser um elemento altamente diferenciador de um território que privilegia os seus recursos imateriais como ferramentas essenciais de desenvolvimento.

Posto isto, como objetivos genéricos da “Programação Cultural em Rede” podemos identificar os seguintes:

- Cimentar o território Viseu Dão Lafões enquanto território de excelência na área da criação e programação artística relacionada com temas e especificidades territoriais, criando assim um verdadeiro eixo regional de desenvolvimento de Indústrias Culturais que trabalhe continuamente de forma articulada com agentes económicos, políticos, científicos, etc.;

- Promover um grau de utilização mais elevada dos espaços culturais existentes no território da CIM, muitos dos quais recentemente construídos/reabilitados com fundos comunitários e com uma programação demasiado esporádica e/ou excessivamente dirigida às populações locais, logo com reduzida capacidade de atração de outros públicos visitantes;
- Articular uma programação cultural inovadora e ao longo dos 12 meses em espaços não convencionais que promovam uma intensidade sensorial elevada: estruturas de alojamento em espaço rural, produtores vitivinícolas, caves, solares, termas, praias fluviais, museus, etc. disseminando assim o acesso a espetáculos e mostras culturais de qualidade e indo ao encontro dos locais privilegiados de presença de turistas, os quais muitas vezes não se deslocam aos espaços convencionais para assistirem a espetáculos.

Sinalização dos Produtos Turísticos de Viseu Dão Lafões

Apesar das melhorias efetuadas ao nível da sinalização nos principais eixos de circulação rodoviária, a sinalização turística continua a ser uma das maiores lacunas em Portugal, sendo considerada uma das prioridades para conseguir uma visita turística de qualidade.

O levantamento efetuado aos produtos turísticos da região, demonstra que é urgente melhorar a sinalização de diversos recursos e equipamentos, nomeadamente dos monumentos, das estâncias termais, da Serra do Caramulo, das atividades ao ar livre, da Écopista do Dão, entre outros, facilitando o acesso, a fruição turística e o desenvolvimento turístico regional.

Assim, este projeto visa promover a conservação e valorização do património cultural e natural, enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística, bem como, estruturar os produtos turísticos regionais por via da intervenção na qualificação, animação, informação e promoção da oferta turística regional.

Neste sentido, as ações a implementar no âmbito deste projeto resumem-se a:

- Identificação dos mais relevantes recursos turísticos de Viseu Dão Lafões;
- Definição de modelo de hierarquização, levantamento da situação existente no terreno e identificação dos recursos onde haverá intervenção de sinalização;
- Elaboração de caderno de normas de sinalização;
- Adoção de um sistema de sinalização e de sinalética turística e sua implementação, designadamente, aquisição e colocação.

Estes trabalhos serão executados em estreita articulação com o Turismo do Centro e com a cooperação de todos os municípios da CIM Viseu Dão Lafões.

PROVERE – Estratégia de Valorização Económica dos Recursos Territoriais

No período de programação 2014-2020, é reforçada a necessidade de promover estratégias de competitividade territorial suportadas nos recursos endógenos dos territórios, prosseguindo e

Outro exemplo do trabalho desenvolvido ao nível da proteção civil, foi a recente candidatura aprovada pelo POVT, em regime de overbooking, a qual tem como objetivo colmatar lacunas e deficiências na cobertura da rede de comunicações, alerta, monitorização e localização, ao nível regional e sub-regional, designadamente através da aquisição de equipamento terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC), elementos cruciais e imprescindíveis à realização das comunicações entre os utilizadores do SIRESP, nomeadamente a ANPC, os serviços de proteção civil municipal e os Corpos de Bombeiros a nível nacional.

Em abril de 2015, salienta-se, ainda, a realização de um simulacro distrital, organizado pelo Centro Distrital de Operações de Socorro, o qual teve como objetivo treinar e articular procedimentos entre todos os agentes de proteção civil em caso de incêndio florestal. Este exercício contou com a participação de cerca de 220 operacionais, e teve como referência o sistema de informação geográfica supramunicipal que tem vindo a ser implementado pela CIM.

Neste sentido, no decurso de 2016, é necessário dar continuidade ao trabalho desenvolvido, dotando a proteção civil de instrumentos de avaliação e caracterização territorial suscetíveis de induzir melhorias qualitativas nos processos de gestão de operações de emergência, aumentando a eficiência de intervenção operacional.

Assim, é intenção da CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com os Municípios, com os Corpos de Bombeiros e com os Serviços de Proteção Civil da região, proceder à criação de uma plataforma de emergência e proteção civil intermunicipal, de modo a reforçar a arquitetura e o desenvolvimento do sistema de informação de proteção civil nacional, com especial enfoque na prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos.

Este projeto visa a partilha de informação no domínio do planeamento de emergência, entre os vários organismos, serviços e estruturas da região ligadas à proteção civil, permitindo:

- Prevenir os riscos naturais e tecnológicos coletivos;
- Evitar que os riscos naturais e tecnológicos se transformem em catástrofe;
- Mitigar os impactos negativos (danos e perdas) para os seres humanos e para o ecossistema;
- Socorrer e assistir todos os elementos bióticos e abióticos em perigo;
- Ajudar a repor a normalidade da vida dos seres humanos alvo de um acidente grave ou catástrofe.

Mecanismos Sistémicos de Monitorização Energética

A gestão dos consumos energéticos com vista à sua redução tem sido uma preocupação da CIM e dos seus municípios nos últimos anos.

Nesse sentido, encontra-se a ser executada até ao final do ano de 2015, uma candidatura, aprovada pelo POVT, no âmbito da eficiência energética na iluminação pública, com vista a reduzir as emissões CO₂/per capita e reduzir o consumo específico da energia, ou seja, a operação procura através da eficiência energética obter o mesmo resultado de produtividade ou de conforto com menos incorporação de energia.

melhorando a experiência do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

O PROVERE, enquanto estratégia de valorização económica de base territorial, tem como objetivo fomentar a competitividade desses espaços através da dinamização de atividades de base económica inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos do território.

Assim, pretende-se delinear uma estratégia para o desenvolvimento integrado do território, na base da valorização económica dos recursos endógenos identificados, procurando traduzir o envolvimento e o compromisso entre agentes públicos e privados numa perspetiva de complementaridade e de eficiência coletiva.

Neste sentido, a valorização económica dos recursos endógenos irá ter impactos na atividade económica local, na criação de emprego, no reforço da cadeia de valor e na visibilidade dos recursos territoriais de Viseu Dão Lafões.

C. Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos

Esta opção estratégica visa contribuir para o crescimento sustentável da região Viseu Dão Lafões, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos naturais e energéticos, e que ao mesmo tempo, gere novas oportunidades de emprego, de criação de riqueza e de reforço do conhecimento, numa perspetiva dinâmica que relaciona competitividade e sustentabilidade.

Por outro lado, pretende apostar na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, procurando desta forma criar condições para uma maior coesão e convergências com as metas europeias.

Proteção Civil à Escala Supramunicipal

No que concerne à proteção civil importa referir que, nos tempos mais recentes, este tema tem vindo a reunir consenso sobre a necessidade de ter uma gestão de nível supramunicipal. Nesse sentido, e com o desaparecimento dos antigos Governos Cívicos, as Comunidades Intermunicipais surgem como instituições que poderão vir a desempenhar esse papel no futuro.

Durante os últimos anos foram dados alguns sinais nesse sentido. Como prova disso, e numa articulação entre a ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil e a CIM, temos a candidatura apresentada ao POVT para aquisição de equipamento de proteção individual (fatos, botas, luvas, capacetes e cólulas) para as corporações de bombeiros existentes nos 14 municípios da Região, bem como a candidatura, também apresentada ao POVT, para a elaboração de cartas de risco para vários dos municípios da região, com vista à identificação e caracterização de riscos (incluindo informação de base espacial) nos concelhos de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, S. Pedro do Sul, Tondela, Vila Nova de Paiva e Viseu.

Esta operação, desenvolvida pela CIM Viseu Dão Lafões em parceria com os seus municípios, totaliza aproximadamente 2 milhões de euros de investimento, e visa a aquisição e instalação de equipamentos e/ou soluções que contribuam para aumentar a eficiência dos sistemas de iluminação pública.

No entanto, o desenvolvimento de ações e ferramentas de monitorização do desempenho energético, correlacionadas com as contribuições para as alterações climáticas, tem vindo a assumir um papel fundamental na gestão dos territórios.

Neste sentido, e uma vez que os documentos de diagnóstico da região Viseu Dão Lafões não contêm uma caracterização detalhada do sistema energético local, apresentando somente valores globais como o consumo de energia final por habitante e as emissões de GEE associadas, torna-se necessário dar início a este processo de diagnóstico e monitorização dos sistemas energéticos.

Assim, está previsto para os anos de 2016 e 2017, a implementação de um projeto com vista a dotar a CIM Viseu Dão Lafões de uma plataforma semiautomática de monitorização do desempenho energético dos municípios e das infraestruturas sob gestão municipal.

Este projeto irá permitir despistar atempadamente situações de desvio dos níveis aceitáveis de eficiência, por vezes corrigíveis por simples alteração dos procedimentos de gestão, e desta forma contribuir para o cumprimento das metas nacionais e dos Programas Operacionais na área da eficiência energética, através de medidas que maximizem o rácio benefício/custo. Ao fazê-lo, consegue-se, também, uma importante redução de custos de funcionamento para os municípios, redução das emissões de gases com efeito de estufa e dinamização da economia local.

Posto isto, o referido projeto abrange toda a região Viseu Dão Lafões, e prevê, fundamentalmente, duas tipologias de ações:

- A caracterização e conseqüente monitorização do desempenho energético dos municípios e das suas infraestruturas, permitindo quer a identificação de possibilidades de intervenção com grandes efeitos de melhoria (através de *benchmarking*), quer o acompanhamento da implementação das ações previstas e dos seus efeitos, propiciando ações corretivas quando seja o caso;
- A realização de estudos tecnicamente sólidos de avaliação, enquanto elemento essencial de aprendizagem/melhoria das práticas de planeamento e gestão das ações locais em sustentabilidade energética, com vista à melhoria da sua eficácia e eficiência.

Preparar Hoje o Futuro – Adaptação às Alterações Climáticas

Este projeto propõe-se contribuir para diminuir os efeitos nefastos das manifestações de mudança climática, tanto nos aglomerados urbanos como nos espaços agroflorestais.

Estando cenarizado, para esta área, um forte incremento dos episódios de calor e frio extremos, chuvas intensas, secas, etc., e tendo esta impulsividade do sistema climático impactes negativos na saúde humana e na delapidação por exemplo do património natural, com o aumento do número de fogos florestais e da área ardida, é fundamental aproveitar a evolução no conhecimento científico e

na inovação tecnológica para (re)criar ambiências indoor e outdoor mais saudáveis e de menor risco de danos e perdas.

Assim, este projeto terá como principais objetivos:

- (Re)Conhecer o clima local enquanto variável de planeamento e ordenamento do território melhorando a literacia climática;
- Melhorar a qualidade de vida dos residentes e utilizadores dos espaços urbanos;
- Fundamentar decisões de licenciamento de obras mais eficientes energeticamente e mais confortáveis;
- Estabelecer estímulos atrativos para o licenciamento de obras que incluam soluções de conforto bioclimático, que previnam riscos naturais em geral e que aproveitem o potencial de energias renováveis;
- Incentivar a articulação entre o desenvolvimento científico e tecnológico, as empresas privadas, as instituições e a sociedade.

Resíduos com valor

Em Viseu Dão Lafões há ainda um longo caminho a percorrer no domínio dos equipamentos e das infraestruturas para alcançar as metas estabelecidas em Portugal relativamente à redução, reutilização, reciclagem, separação na origem, minimização da deposição em aterro e aproveitamento energético da fração não reciclável.

A baixa recolha diferenciada de resíduos sólidos urbanos traduz a falta de equipamentos, em praticamente todos os concelhos, e a escassa sensibilização e motivação da população para valorizar os desperdícios e encarar definitivamente os objetivos constantes do PERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020.

Nesse sentido, torna-se necessário colmatar as lacunas existentes na recolha diferenciada e na valorização e reutilização de resíduos enquanto subprodutos ou combustíveis para outros setores de atividade, bem como, as lacunas existentes na rede pública de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, com vista a promover a valorização do património cultural e natural da região.

O projeto “Resíduos com valor” pretende, com a oferta de um serviço mais adequado, contribuir para passar a identificar uma parte dos desperdícios como “recursos” valorizáveis, o que implica:

- Identificar as lacunas existentes na recolha, redução e tratamento dos RSU’s e RSI’s;
- Sensibilizar a população para a necessidade de valorizar os desperdícios e exigir uma melhoria na rede de recolha diferenciada de RSU’s e RSI’s;
- Reduzir a produção de resíduos per capita em termos absolutos;
- Valorização energética dos materiais não recicláveis.

D. Promover a criação de empresas, a empregabilidade e o empreendedorismo

Com este domínio de intervenção pretende-se promover o emprego, apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, bem como, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Por outro lado, visa apoiar as empresas existentes, para promoção do emprego, e criar novas empresas, inovadoras e capacitadas para enfrentar os desafios dos mercados, através do apoio ao micro empreendedorismo e à incubação de microempresas (em termos de infraestruturas de acolhimento e de serviços e apoio técnico), contribuindo ainda para a diminuição do desemprego.

Assim, é necessário dinamizar a capacidade de inovação da base económica regional, apoiando o empreendedorismo e o desenvolvimento de uma cultura de experimentação e procura de novas vantagens competitivas, bem como promover a articulação da oferta de infraestruturas de acolhimento empresarial e de incubação, no sentido de dinamizar um leque de bens públicos que possam suportar o entorno no qual a criação de novas empresas se pode desenvolver com mais fluidez.

De salientar, ainda, que a implementação destas ações será complementada com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões, ao nível da promoção da cultura empreendedora no território e de iniciativas de apoio à base económica local.

Neste domínio, temos ainda a destacar o papel que a CIM Viseu Dão Lafões irá assumir no Portugal 2020, ao nível do sistema de apoios à criação de emprego e ao nível do sistema de incentivos às empresas, enquanto organismo intermédio, que terá competências ao nível da gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de investimentos, cujo montante esteja compreendido entre os 100.000€ e os 238.000€.

Pacto para a Empregabilidade em Viseu Dão Lafões

O Pacto Territorial para a Empregabilidade tem como objetivo dinamizar, suportar e monitorizar, entre outros, intervenções estruturadas e sistemáticas, concebidas e desenvolvidas na região, pelos seus atores nas áreas da educação-formação, qualificação, empreendedorismo e emprego e empregabilidade, devendo ser dirigidas a públicos diferenciados e com necessidades diversas.

Neste contexto, promover e trabalhar condições de empregabilidade requer o enfoque em áreas tão diversas como, as condições de acesso à educação e formação, as competências sociais, a qualificação e competências profissionais, os apoios ao emprego, a dinamização do mercado de trabalho, entre outras.

Assim, a constituição de um Pacto Territorial para a Empregabilidade, de cariz supramunicipal, irá assumir-se como condição chave de inclusão social, desenvolvimento económico e fator de sucesso das políticas de formação, educação e emprego.

Posto isto, este projeto irá permitir atingir os seguintes resultados:

- Mais conhecimento sobre desafios e formas de promover o emprego, a empregabilidade e a qualificação em Viseu Dão Lafões em resultado, nomeadamente, da elaboração de estudos e do aprofundamento, sistematização e partilha de conhecimento;
- Mais qualidade e pertinência ao nível da oferta de qualificações, dos projetos educativos e formativos e dos projetos de apoio ao emprego, impulsionados pela partilha de conhecimento sobre problemas e oportunidade, pela cooperação e pela coordenação de atuações e financiamentos;
- Maior foco e maior eficácia nas intervenções em prol do emprego e da formação inicial (intermédia e superior) e contínua, determinados por uma maior adequação das respostas e das ações às necessidades das entidades e das populações;
- Contributo claro para o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial, através, nomeadamente, do foco das intervenções e da maior qualidade e impacto das ações e dos projetos, resultantes da complementaridade de competências, do âmbito de intervenção e dos perfis de atuação dos parceiros;
- Intervenções mais consistentes e sustentadas em matéria de inclusão social e inserção profissional.

Neste sentido, o Pacto para a Empregabilidade irá reforçar a coerência e a eficácia de atuações e a cooperação entre entidades educativas, formativas, de qualificação, do emprego, de dinamização da atividade económica de base local e de inclusão social. Assim, foi aprovado em, sede de Conselho Intermunicipal, a criação das seguintes redes de trabalho:

- Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo;
- Rede Educação e Qualificação;
 - ✓ Rede Qualificação e Mercado de Trabalho;
 - Rede "Antecipação de necessidades formativas";
 - Rede "Estratégia de formação contínua";
 - ✓ Rede Educação;
- Rede Coesão Social.

Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões

Desde meados de 2011, que a CIM Viseu Dão Lafões tem apostado fortemente no domínio do empreendedorismo, com o desenvolvimento de um projeto que visa promover, na região Viseu Dão Lafões, a criação de um ecossistema empreendedor, apoiado na estruturação e coordenação de uma rede regional que contribua para favorecer a criação de sinergias e de condições de eficácia e eficiência no domínio do apoio ao empreendedorismo de base local.

Este projeto, tem sido executado em estreita articulação com várias entidades da região que trabalham a temática do empreendedorismo designadamente a AIRV, as instituições de ensino superior (Instituto Politécnico de Viseu, Instituto Piaget e Universidade Católica – Centro Regional das Beiras) e as associações de desenvolvimento local (ADD, ADICES e ADDLAP), que entre si criaram a Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões.

Pelo carácter inovador das ações desenvolvidas nos últimos anos, e pela dinâmica criada no território temos a destacar a realização das seguintes atividades:

- Criação e divulgação da rede regional de empreendedorismo;
- Capacitação dos agentes da rede (portas de entrada e agentes de suporte);
- Criação de plataforma web de atendimento ao empreendedor (www.empreendeviseudao.lafoes.pt);
- Apoio técnico especializado aos empreendedores;
- Criação e dinamização do Clube Business Angels Viseu Dão Lafões;
- Realização de um campo de férias em regime residencial designado “Go Up Viseu Dão Lafões Summer Camp”, dirigido a jovens entre os 15 e os 18 anos, que tiveram a oportunidade de participar em sessões de teambuilding, empreendedorismo, criatividade e inovação, técnicas de apresentação, marketing, introdução às finanças, estruturação de uma proposta de valor e atividades de outdoor, bem como desenvolver, em equipa, uma ideia de negócio, colocando em prática os conhecimentos adquiridos e as competências desenvolvidas ao longo do campo de férias;
- Realização de um concurso de captação de novas ideias e negócios – “Wanted Business Ideas”, o qual visou fomentar a inovação e a criatividade na região Viseu Dão Lafões, assim como atrair projetos inovadores, cativar potenciais empreendedores, identificar ideias de negócio inovadoras capazes de se materializarem e converterem em negócios viáveis, sejam pequenas iniciativas emergentes de pequena escala ou sejam negócios com forte potencial de crescimento;
- Realização de quatro edições da iniciativa “Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões”, que permitiu a capacitação de professores do ensino secundário e profissional, do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do 3º e 4º ano do 1º ciclo do ensino básico, os quais transmitiram aos alunos alguns conceitos relacionados com a temática do empreendedorismo e desenvolveram com eles projetos que viriam a ser apresentados no final dos vários anos letivos, com a realização da “Feira de Empreendedorismo Júnior”, a “Expo Empresas Júnior”, o “Concurso de Ideias de Negócios” e as “Visitas do Gaspar às Escolas”.

Neste sentido, e dado os resultados alcançados, a CIM Viseu Dão Lafões considera que é fundamental dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no domínio do empreendedorismo, pelo que submeteu, em outubro de 2015, em parceria com a Associação Empresarial da Região de Viseu, uma candidatura ao SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas, no âmbito do aviso CENTRO-51-2015-01, com a designação “Empreender+ Viseu Dão Lafões”.

Este novo projeto tem como objetivo central a promoção do espírito empresarial através da dinamização do empreendedorismo qualificado e criativo, e contempla a realização das seguintes atividades:

- Dinamização da Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões no âmbito do ecossistema empreendedor da região, através do reforço de competências e de ferramentas

que lhe permita desenvolver uma intervenção mais abrangente e dinâmica no território e junto dos potenciais empreendedores;

- Realização de uma 2ª edição do concurso de ideias de negócio “Wanted Business Ideas”, com vista a identificar e apoiar empreendedores na transição das suas ideias inovadoras para iniciativas empresariais sustentáveis;
- Realização do fórum “Empreender+ Viseu Dão Lafões”, enquanto espaço de ligação entre empreendedores, investidores, entidades de apoio e outros agentes da envolvente empresarial com competências na temática do empreendedorismo;
- Campanha de meios da Rede Regional de Empreendedorismo, que engloba a produção de materiais e ações de divulgação, disseminação e promoção do espírito empreendedor qualificado e criativo;
- Dinamização e gestão da Rede de Incubadoras Viseu Dão Lafões, com vista a reforçar, qualificar e consolidar a oferta de incubação a disponibilizar no território.

Em paralelo será dada continuidade ao projeto de Empreendedorismo nas Escolas da CIM Viseu Dão Lafões, estando em curso a preparação da edição referente ao ano de 2015/2016, a qual será direcionada para o 1º ciclo do ensino básico e para o ensino secundário e profissional.

E. Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso escolar

Esta opção estratégica visa a melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.

Engloba ainda a melhoria da pertinência do ensino e da formação, ajustada às necessidades do mercado de trabalho e em convergência com os padrões europeus, facilitando a transição da educação para o trabalho e o reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade.

Assim, a CIM Viveu Dão Lafões ao apostar na promoção do sucesso educativo, na prevenção e redução do abandono escolar precoce e no reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade, pretende criar condições para a criação de uma região mais competitiva, mais coesa e mais qualificada.

Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local

Os municípios são cada vez mais chamados a desenvolver um conjunto de atividades e de missões que fazem apelo a conhecimentos técnicos especializados e aprofundados. Por outro lado, o enquadramento legal, em que se movem as Autarquias Locais, caracteriza-se pela mudança permanente. Por último, a modernização administrativa e a procura da melhoria da qualidade de serviço aos cidadãos e às empresas implicam a capacitação dos recursos humanos e das organizações autárquicas.

Para a Comunidade Intermunicipal é um facto indiscutível que a modernização da administração pública local só pode ser prosseguida através de fortes investimentos na perspetiva evolutiva pessoal e na formação profissional dos seus recursos humanos. É com base nesta premissa que a CIM tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, um projeto formativo ambicioso dirigido aos profissionais das autarquias associadas.

Com o apoio do POPH, na tipologia de Intervenção 3.4 – "Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local" tem sido possível implementar, desde 2009, esse projeto formativo.

Para o ano de 2016, e mais concretamente no âmbito do "Portugal 2020", a CIM continuará a conceber e a implementar planos anuais de formação ao nível intermunicipal contribuindo, desta forma, para a adaptação das organizações autárquicas e melhorando a sua capacidade de resposta.

De referir, ainda, que a CIM Viseu Dão Lafões se encontra a preparar uma candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito do aviso n.º POISE-36-2015-20, na tipologia "Formação de públicos estratégicos".

Este projeto visa qualificar os profissionais das diversas áreas de competências em domínios associados à promoção da igualdade de género, à prevenção e combate às discriminações em razão do sexo, da orientação sexual e da igualdade de género, à prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género, incluindo a mutilação genital feminina, à prevenção e combate de tráfico de seres humanos, e ao apoio e acompanhamento especializado a vítimas e agressores.

Formação Supramunicipal no âmbito do Portugal 2020

A estratégia do Portugal 2020 pretende corrigir desequilíbrios estruturais que ainda persistem entre o país e os Estados Membros mais desenvolvidos da União Europeia, quer a nível das desigualdades sociais quer a nível das económicas, em termos de indicadores de produtividade, escolarização e especialização competitiva da economia, e pretende melhorar e reforçar as intervenções públicas nos domínios do combate à pobreza e da promoção da inclusão social e do emprego.

A CIM, convicta de que o motor mais sustentável do desenvolvimento e da promoção da convergência económica e social é o capital humano e a inclusão social, quer desenvolver o seu trabalho no ano de 2016 apostando nestas áreas.

Assim, estará atenta aos avisos de abertura de candidaturas promovidos quer pelo Programa Operacional Temático Capital Humano, quer pelo Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego, de modo a apresentar projetos que permitam capacitar os vários agentes da região Viseu Dão Lafões e que visem:

- Promover o sucesso escolar, reduzindo o abandono, promover a igualdade, a coesão social e o desenvolvimento pessoal e da cidadania, a par do reforço da competitividade económica do país;
- Reforçar a integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos

aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social.

Pacto para a Educação em Viseu Dão Lafões

Em 2015, a CIM Viseu Dão Lafões deu início ao desenvolvimento de um diagnóstico de aprofundamento regional das necessidades de qualificações que sustentará a elaboração de um Programa Estratégico de Formação para a região e a elaboração de uma proposta de rede de oferta para os Cursos Profissionais nos próximos anos. Este trabalho tem como objetivo contribuir para que o esforço desenvolvido na região de produção de qualificações e desenvolvimento de competências por via da formação profissional melhore a sua articulação com as necessidades do tecido produtivo e do mercado de trabalho regional.

Nesse sentido, foi estabelecido um protocolo de cooperação entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), o qual tem como finalidade a aplicação à CIM do módulo de aprofundamento regional, parte integrante do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), e visa o desenvolvimento do processo de planeamento da rede de oferta de qualificação ao longo do período de vigência do Portugal 2020.

Este processo de concertação das necessidades formativas entre as escolas que dinamizam a oferta de Cursos Profissionais na região, foi coordenado pela CIM, e conduziu à elaboração de um Plano de Oferta conjunto para o ano letivo 2015/2016, que foi remetido para a ANQEP e para a DGESTE.

Neste momento, a CIM Viseu Dão Lafões encontra-se a promover os trabalhos do planeamento da Oferta de Cursos de Dupla Certificação na Região Viseu Dão Lafões, através de workshops municipais que visam permitir a recolha de informação, para ser trabalhada no âmbito do Diagnóstico de Necessidades de Qualificações que apoiará o desenvolvimento do processo de definição e articulação da oferta de formação inicial.

Nesses workshops pretende-se reunir responsáveis das autarquias, representantes de empregadores e associações empresariais, escolas com oferta profissional, procurando, deste modo, obter testemunhos que permitam captar as principais dinâmicas económicas de cada concelho e referenciar pistas úteis para a identificação das necessidades de qualificações sentidas pelos empregadores locais.

Assim, em 2016, pretende-se dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da antecipação de necessidades de qualificação profissional de nível não superior, bem como proceder à construção e dinamização de uma estratégia de formação contínua para a região Viseu Dão Lafões, com particular destaque para a estratégia de qualificação e empregabilidade de adultos, inativos, empregados e desempregados.

Neste novo período comunitário, é também exigido à região Viseu Dão Lafões, um redobrado esforço e foco de intervenção na escolaridade e no desenvolvido de percursos educativos, bem como desenvolver medidas de combate ao abandono escolar precoce, as quais se encontram fortemente associadas à concretização dos objetivos de coesão social e competitividade definidos para Viseu Dão Lafões.

Assim, pretende-se criar um Pacto para a Educação em Viseu Dão Lafões que enquadre, suporte e monitorize as intervenções nos domínios do combate ao insucesso, absentismo e abandono escolar, que complemente a inovação e a eficácia dos projetos municipais no âmbito do sucesso escolar.

Genericamente, este projeto tem como objetivos:

- Prevenir e reduzir o abandono escolar precoce e o abandono escolar em todos os níveis de ensino;
- Aumentar o sucesso educativo;
- Desenvolver percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;
- Desenvolver uma estratégia de educação e formação para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.

Plataforma de Gestão da Educação

A cooperação permanente entre os municípios, as escolas, os encarregados de educação, as empresas e outros agentes da comunidade, é um elemento essencial para o reforço da coesão territorial.

Assim, e uma vez que na era da comunicação, a transferência de dados eletrónicos tem registado um crescimento exponencial, é desejável tornar os dados associados à educação transmissíveis e consultáveis eletronicamente.

A plataforma pretende suportar, de forma integrada, os processos de transportes escolares, ação social, refeições, fruta escolar, leite escolar, inventário do parque escolar, assistentes operacionais, bibliotecas escolares, atividades de enriquecimento curricular, espaços e parque escolar.

Este nível de integração cria as seguintes redes de cooperação permanentes:

- Autarquia/Centro escolar, com base num workflow estruturado geral e a gestão remota de equipamentos, consumos, recursos humanos, atividades de enriquecimento curricular, etc.;
- Autarquia/Ministério da Educação e Ciência, para a disponibilização, via interoperabilidade dos sistemas Informáticos, relatórios sobre ação social, refeições e transportes escolares, exigidos pelo ministério aos municípios;
- Autarquia/Comunidade educativa mediante a interação dos professores, alunos e encarregados de educação sobre processos tão diversos como participação no projeto educativo, rede social educativa, gestão corrente, acompanhamento curricular, solicitação diversas, nomeadamente transportes e refeições, realização de pagamentos, etc.
- Autarquia/Centros Escolares/Empresas, para a gestão dos processos de refeições e transportes escolares que possibilitam a gestão on-line destes processos e o seu contínuo ajustamento às necessidades diárias.

F. Promover a coesão social, o desenvolvimento do terceiro sector e o envelhecimento ativo

Este domínio de intervenção visa promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, fomentando a igualdade de oportunidades e de género, promovendo a inclusão social e o combate à pobreza e ao envelhecimento ativo.

Pretende, ainda, promover o empreendedorismo e a inovação social de forma a melhorar a capacidade de resposta das organizações da economia social, contribuindo para a sua sustentabilidade, e reforçar a intervenção social com base na relevância e promoção do voluntariado, potenciador de inclusão social.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões irá fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, implementar estratégias de desenvolvimento local, contribuindo para o desenvolvimento regional e local e para a redução das desigualdades no acesso a serviços sociais.

Centro de Conhecimento, Competências, Parcerias e Recursos para a Intervenção e Inovação Social

A atual crise tem vindo não só a intensificar alguns fenómenos de exclusão social há muito identificados como problemáticos na região Viseu Dão Lafões (por exemplo: a “guetização” de comunidades ciganas, o alcoolismo, a negligência para com crianças, ou a violência doméstica), como também está na origem de fenómenos emergentes de exclusão.

Apesar da existência de instituições de solidariedade social em número considerado suficiente, a realidade acima descrita aponta para a necessidade de se reequacionar as respostas de intervenção em matéria de inclusão. Por um lado, os diagnósticos sociais concelhios apresentam-se desatualizados (muitos deles datam de 2007), impedindo que os agentes deste setor detenham um conhecimento sistematizado dos reais problemas de exclusão que afetam as populações e dos recursos afetos à resolução dos mesmos. Por outro lado, a emergência de novas problemáticas de exclusão social - decorrente da transformação das características do contingente demográfico da região e da atual crise económico-social - implica o estudo, a experimentação e a implementação de novas soluções de intervenção. Também o reduzido contingente demográfico de uma grande parte dos concelhos desta região, bem como a sua dispersão territorial, exigem que se faça o mapeamento dos recursos e das respostas existentes, para uma adequada capitalização dos mesmos, a nível supramunicipal.

O Centro de Recursos para a Inovação Social apresenta-se como um centro de informação e conhecimento capaz de gerir recursos na área da intervenção social, bem como de fornecer competências para uma maior eficácia das respostas sociais já implementadas ou a implementar, a nível supramunicipal.

Assim, este projeto contempla as seguintes actividades:

- Estudos e diagnósticos;
- Produção de recursos, conteúdos e planos;
- Conceção e produção de materiais de suporte às intervenções sociais nos diferentes domínios;
- Ações de informação e disseminação junto das comunidades e públicos;

- Formação e capacitação de profissionais e entidades;
- Constituição e desenvolvimento de práticas, intercâmbios e ações de cooperação;
- Apoio à gestão de intervenções sociais na região.

Plataforma Viseu Dão Lafões Social

Considerando o desenvolvimento do projeto “Centro de Recursos”, descrito anteriormente, enquanto centro de produção e partilha de conhecimento, torna-se pertinente proceder à criação e alimentação de uma plataforma Web para mapeamento de carências e gestão desses recursos.

Assim, espera-se que este projeto contribua ativamente para a identificação e sinalização de problemas e de casos de exclusão social, para o desenvolvimento de soluções inovadoras que constituam respostas eficazes a esses mesmos problemas e casos, e para um aproveitamento mais eficiente dos recursos afetos à intervenção social.

Gestão e Formação de Bolsa Oferta/Procura de Voluntariado

Com vista a reforçar a intervenção social com base na relevância e promoção do voluntariado, potenciador de inclusão social, a CIM Viseu Dão Lafões pretende aumentar o número de pessoas e entidades envolvidas em atividades de voluntariado, sendo expectável que o número de pessoas e organizações que adiram a iniciativas desta natureza aumente.

Simultaneamente, pretende-se promover um melhor ajustamento entre a oferta de atividades de voluntariado e a procura direcionada por entidades promotoras de inclusão social, melhorando consequentemente a qualidade desse voluntariado por via do reforço da capacitação das pessoas que desenvolvem essas atividades.

Assim, o projeto visa a promoção do voluntariado em Viseu Dão Lafões, através da constituição, operacionalização e qualificação de uma bolsa de oferta e procura de recursos e entidades, que permitam apoiar a estratégia e as ações de intervenção social na região, bem como sensibilizar as diferentes entidades da economia social sobre a importância e as vantagens, na atividade diária, de saber potenciar o apoio voluntário.

Assim, o projeto contempla a realização das seguintes actividades:

- Diagnóstico, identificação e sistematização da oferta disponível;
- Formação e qualificação de recursos;
- Certificação de entidades.

G. Gestão da Contratualização no âmbito do Portugal 2020

Este domínio estratégico visa a eficaz e eficiente gestão das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020 e pelas Autoridades de Gestão dos

Programas Operacionais Temáticos na Comunidade Intermunicipal, por via do contrato de subvenção global que virá a ser assinado entre as partes.

Assistência Técnica – contratualização no âmbito do Portugal 2020

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da “Estratégia Europa 2020” e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.

Neste sentido, o Acordo de parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões, assinado no passado dia 31 de agosto de 2015, entre a CIM e as Autoridades de Gestão dos vários Programas Operacionais, nomeadamente, Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020), Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR), Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e Programa de Desenvolvimento rural do Continente 2014-2020, contempla um apoio global de fundo que totaliza 39.613.322,33€, repartido do seguinte modo:

- Programa Operacional Regional do Centro – 36.273.441,49€
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos – 310.000,00
- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – 2.224.577,84€
- Programa de Desenvolvimento rural do Continente 2014-2020 – 805.303,00€

Assim, o modelo de governação do Portugal 2020 e dos Programas Operacionais configura a contratualização com as comunidades intermunicipais, de parte dos respetivos fundos comunitários, como uma opção estratégica.

As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da CIM Viseu Dão Lafões enquanto organismo intermédio, onde se incluem elementos previstos nas alíneas a) e d) do nº 7 do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão estabelecidas com cada uma das respetivas Autoridades de Gestão dos PO, através de adendas ao Pacto.

H. Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna

Com esta linha de ação pretende-se consolidar e reforçar junto dos habitantes da região a identidade Viseu Dão Lafões, promover a divulgação da Comunidade Intermunicipal enquanto instituição, bem como dotar a CIM dos meios humanos e físicos necessários para o exercício da sua atividade.

Promoção e Divulgação / Reforçar a Identidade Viseu Dão Lafões

Pretende-se executar um conjunto de ações que contribuam para a promoção da imagem da CIM, e de Viseu Dão Lafões, quer no interior da Região quer no exterior. A CIM, durante os últimos anos, já deu inúmeros passos neste sentido, quer através de projetos de âmbito cultural, no âmbito do turismo, quer de projetos de comunicação/informação envolvendo as TIC, bem como da divulgação dos resultados da aplicação dos fundos comunitários na Região Viseu Dão Lafões no período 2007/2013.

Contudo, queremos, durante o ano de 2016, intensificar este trabalho nomeadamente através das seguintes ações:

- Consolidação do site e do facebook como canais privilegiados de comunicação;
- Publicação do boletim informativo de divulgação das actividades da Comunidade e de cada um dos municípios associados;
- Colaboração com instituições de ensino superior para apoio a dissertações sobre Viseu Dão Lafões;
- Apoio a instituições para o desenvolvimento de iniciativas supramunicipais;
- Assessoria de imprensa, através da elaboração e difusão de press releases sobre os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida, organização e divulgação de conferências de imprensa e assistência aos pedidos de informação de órgãos de comunicação social.

Organização e gestão interna da CIM

Torna-se urgente dar continuidade, durante o ano de 2016, ao desenvolvimento de um conjunto de ações que visem, fundamentalmente, a capacitação institucional e o reforço da componente de organização e gestão interna da Comunidade.

Assim, irá desencadear-se o seguinte conjunto de ações:

- i. Aquisição de equipamento informático, software e equipamento administrativo, por forma a dotar a Comunidade dos meios necessários à execução das atividades previstas, bem como, para assegurar o apetrechamento do piso 0 do edifício onde funcionam as instalações da CIM;
- ii. Contratação de técnicos para as várias unidades (conforme mapa de pessoal) tendo em conta o previsível aumento de atividade da CIM para o próximo ano, fruto do arranque do Portugal 2020;
- iii. Manutenção e adequação das instalações existentes às necessidades dos serviços.

Tondela, 16 de novembro de 2015

5. ANEXOS

5.1 ORÇAMENTOS DE ENTIDADES CONTROLADAS

(N.º2 do art.º 42.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro)

Declaração

Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, declara que, para efeitos do disposto no nº2 do art.º 42º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões não detém participações em quaisquer entidades.

Por ser verdade, passo a presente declaração que vai ser assinada por mim e autenticada com o Selo Branco, em uso, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Tondela, 16 de novembro de 2015

O Secretário Executivo



(Nuno Martinho, Dr.)

5.2 RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

(Nº3 do art.º 42º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro)

Declaração

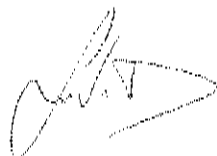
Luis Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, declara que, para efeitos do disposto no nº3 do art.º 42º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais ascende a:

Ano	Total de Compromissos Plurianuais
2016	111.717,95€
2017	6.717,93€
2018	1.679,48€
TOTAL GLOBAL	120.115,36€

Por ser verdade, passo a presente declaração que vai ser assinada por mim e autenticada com o Selo Branco, em uso, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Tondela, 16 de novembro de 2015

O Secretário Executivo



(Nuno Martinho, Dr.)